

PREFÁCIO

O Encontro Anual AD URBEM 2021 abordou o tema **“Ordenamento do Território e Urbanismo face aos desafios ambientais e energéticos”**.

Ordenamento do Território (OT) e Urbanismo são domínios permanentes na vida da ADURBEM e, à semelhança do que temos feito noutras ocasiões, no Encontro anual procuramos aprofundar a sua inter-relação com temas emergentes que, inexoravelmente, neles confluem.

O enunciado do Encontro fala por si, nem exigiria mais explicações. A necessidade de nos adaptarmos às alterações climáticas, tal como a necessidade de uma utilização criteriosa dos recursos disponíveis constituem evidências. E é inequívoco que o setor energético é componente fundamental desta temática, desde logo por ser responsável por cerca de 60% da emissão de CO₂.

Os desafios ambientais e energéticos são, então, inequívocos, sendo que a nível científico surgem já bem enunciados. Mas, em termos práticos, saber em concreto o que fazer e o como fazer, o como alterar o que tem de ser alterado, ainda está muito pouco claro e operacionalizado.

O Encontro anual da AD URBEM centrou-se exatamente nesta questão: como alterar as práticas atuais de OT e de Urbanismo para, sem olvidar tudo o que estes domínios encerram, responder de forma eficaz aos desafios ambientais energéticos.

Centrados nesta questão, o Encontro da AD URBEM organizou-se conforme Programa:

- Começou-se por uma abordagem, desejavelmente integrada, que procurou confrontar OT e Urbanismo com desafios ambientais;
- Falou-se depois, de forma mais específica, de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Assume-se como indiscutível a necessidade de os

planos de ordenamento integrarem toda a problemática ambiental. Mas será que o quadro conceptual presente na legislação em vigor aponta o caminho mais adequado? E, na prática, será que as AAE têm sido eficazes, ou têm sido sobretudo mais um procedimento burocratizado?

- Da parte da tarde, voltou-se a uma abordagem aberta e integrada, neste caso centrada na transição energética e na sua relação com OT e Urbanismo;
- Por fim, seguiu-se uma abordagem mais específica sobre as centrais solares fotovoltaicas, cuja presença no território é já hoje bem visível. Procurou-se aprofundar a sua importância energética e económica e, por outro lado, os seus impactos na paisagem e na biodiversidade.

Em suma, pretendeu-se com o Encontro anual da AD URBEM sublinhar a necessidade de aprofundamento e de operacionalização dos temas enunciados. A presença do Sr. Ministro do Ambiente e Ação Climática faz-nos acreditar que também a governação neles está empenhada.

Estas foram as questões debatidas no Encontro anual da AD URBEM cujas atas agora se publicam.

FERNANDA PAULA OLIVEIRA
JORGE DE CARVALHO
JOÃO FERREIRA BENTO

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----------|
| PREFÁCIO | 5 |
| ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO FACE A DESAFIOS AMBIENTAIS | 13 |
| SERÃO OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EFICAZES NA RESPOSTA AOS DESAFIOS QUE SE COLOCAM EM ESPAÇOS DE ELEVADO VALOR NATURAL E PAISAGÍSTICO? Vilma Silva, Vera Santos Silva | 15 |
| 1. Introdução | 16 |
| 2. O conceito de paisagem | 18 |
| 3. Metodologia de referência para a avaliação da paisagem | 19 |
| 4. O caso de estudo – o projeto intermunicipal “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” | 22 |
| 4.1. Implementação de uma estratégia comum para a gestão da paisagem da Serra d’Arga | 27 |
| 5. Reflexões sobre a eficácia dos Instrumentos de Gestão Territorial face aos desafios que se colocam em espaços de elevado valor natural e paisagístico | 31 |
| Referências Bibliográficas | 33 |
| DE LÁ (30 ANOS ATRÁS) PARA CÁ E PARA ACOLÁ (+ 30 ANOS) Leonor Cintra Gomes | 35 |
| 1. Introdução | 35 |
| 2. De lá (30 anos atrás) para cá | 38 |
| 2.1. 1990 | 38 |
| 2.2. 1990 – 2000 (década da agenda local 21) | 39 |
| 2.3. 2000-2010 (década dos 3R – Reduzir, Reutilizar e Reciclar) | 41 |
| 2.4. 2010-2020 (década da Economia Circular + da Cidade de 15 minutos) | 43 |
| 2.5. 2021 | 45 |
| 3. E para acolá ? | 49 |
| RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL Caso prático do Município de Porto de Mós Helena Oliveira, Olga Prada | 51 |
| 1. Introdução | 51 |

| | |
|---|----|
| 2. Enquadramento conceptual | 52 |
| 2.1. Desenvolvimento sustentável | 52 |
| 2.2. O processo de planeamento | 54 |
| 2.3. Avaliação e Monitorização participativas | 55 |
| 3. Caso Prático | 56 |
| 3.1. Articulação dos Instrumentos de gestão territorial com os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território | 56 |
| 3.2. Enquadramento metodológico | 57 |
| 3.3. Monitorizar para melhor planear | 59 |
| 3.4. Sistema de Monitorização do Ordenamento do território – estruturação | 61 |
| 3.5. 1.º Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – contributos | 63 |
| 4. Conclusões | 66 |
| Referências Bibliográficas | 67 |

A ECOLOGIA URBANA NO PARADIGMA DA INTEROPERABILIDADE FERROVIÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTES NA CIDADE E REGIÃO

| | |
|--|----|
| Carlos Gaivoto | 69 |
| 1. Introdução | 70 |
| 2. Descentralização e ordenamento do território com Plano e Programa de agenda alternativa ao PNPOT2018 e ao RCSR | 72 |
| 3. Sem entrar na lógica do SWR e no RCSR, como pode Portugal, então, beneficiar da inovação tecnológica ferroviária entre H2020 e H2050? | 74 |
| 4. Conclusão | 76 |
| Referências Bibliográficas | 76 |

A AVALIAÇÃO AMBIENTAL, NOMEADAMENTE A “AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA”, COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

79

A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS TERRITORIAIS NUM CONTEXTO DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Reflexões e contributos para a promoção da “resiliência” dos planos (e dos territórios)

| | |
|---|----|
| Renato Dias | 81 |
| 1. Nota Introdutória | 82 |
| 2. Avaliação Ambiental Estratégica – Abordagem Conceptual e Legal | 83 |

| | |
|---|----|
| 3. Implementação da Avaliação Ambiental de Planos Territoriais – Problemas e Desafios | 88 |
| 4. Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Territoriais – Boas Práticas e Contributos | 90 |
| 5. Avaliação Ambiental Estratégica e Alterações Climáticas – Diretrizes da Comissão Europeia | 94 |
| 6. Cenários em Avaliação Ambiental Estratégica | 95 |
| 7. Contributos para uma AAE Promotora de Planos Mais Resilientes | 97 |
| Referências Bibliográficas | 99 |

A ÁGUA NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS EM PORTUGAL, META REFLEXÃO ATRAVÉS DOS FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO

| | |
|---|-----|
| Teresa Fidélis, Carla Rodrigues | 103 |
| 1. Introdução | 104 |
| 2. Os planos territoriais, a água e a AAE | 106 |
| 3. Metodologia | 109 |
| 4. Análise dos fatores críticos de decisão identificados nos relatórios de AAE | 114 |
| 5. Discussão e notas finais | 121 |
| Referências Bibliográficas | 122 |

OPERAÇÕES DE REPARCELAMENTO DO SOLO URBANO VIA PLANOS DE PORMENOR COM EFEITOS REGISTAIS

| | |
|--|-----|
| Que avaliação (de impacte) ambiental e que simplificação administrativa? Nuno Marques | 127 |
| 1. Introdução | 127 |
| 2. As “operações de loteamento urbano” no enquadramento do RJAIA – um significado necessariamente amplo e aberto | 130 |
| 3. Operações de reparcelamento via PP, ou o que são (verdadeiramente) planos de pormenor <i>com efeitos registais</i> ? | 134 |
| 4. O reparcelamento do solo urbano fundado num plano de pormenor com efeitos registais: qual é o lugar da avaliação (de impacte) ambiental? | 143 |
| 4.1. Da não sujeição a AAE das operações de reparcelamento do solo urbano através de PPer | 144 |
| 4.2. AIA de operações de reparcelamento do solo urbano através de PPer: antes ou depois da aprovação do plano? | 148 |

| | |
|--|-----|
| 4.3. E das operações de reparcelamento do solo urbano através de PPer abaixo dos limiares de sujeição obrigatória a AIA? Como abordar a eventualidade de um EIA? | 151 |
| 5. Considerações finais | 154 |
| Referências Bibliográficas | 160 |

O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA ECOLOGIA URBANA E AMBIENTE. DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E AMBIENTAL AO ORDENAMENTO E AO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL E METROPOLITANO

| | |
|--|-----|
| Carlos Gaivotto | 163 |
| 1. Introdução | 164 |
| 2. Ordenamento e Planeamento na Gestão do Território Municipal e Intermunicipal na Eficiência Energética e Ambiental | 165 |
| 3. O Urbanismo e a Acessibilidade – Conceito e Instrumento | 166 |
| 3.1. Cascais – um caso de estudo da aplicação do método do TCL (Transit Corridor Livability) | 168 |
| 4. Conclusão | 171 |
| Referências Bibliográficas | 172 |

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO FACE À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA 175

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E CIDADES INTELIGENTES: QUE MARCO REGULATÓRIO? OS CASOS DE PORTUGAL, ESPANHA E BRASIL

| | |
|---|-----|
| Luiz Ugeda, Geana Leschko, Safira De La Sala | 177 |
| 1. Introdução | 178 |
| 2. O retorno do interesse local no setor elétrico | 179 |
| 3. O papel das tecnologias disruptivas no século 21 – a centralidade do critério locacional | 182 |
| 3.1. Síntese da experiência de Portugal | 183 |
| 3.2. Síntese da experiência da Espanha | 184 |
| 3.3. Síntese da experiência do Brasil | 187 |
| 4. Possibilidades de marcos regulatórios | 189 |
| 5. Considerações Finais | 190 |
| Referências Bibliográficas | 191 |

| | |
|--|-----|
| AS CENTRAIS FOTOVOLTAICAS E O SEU IMPACTO NO TERRITÓRIO | 193 |
| AS CENTRAIS SOLARES FOTOVOLTAICAS E OS SEUS IMPACTES NO TERRITÓRIO E COMUNIDADES | |
| Ana Rita Antunes, Francisco Ferreira | 195 |
| 1. Introdução | 195 |
| 2. Os impactes | 197 |
| 3. Diagnóstico da situação atual | 198 |
| 4. O planeamento e a participação como elementos essenciais | 200 |
| 5. <i>REPowerEU</i> – A rapidez é inimiga da sustentabilidade | 201 |
| 6. O caminho a seguir | 203 |
| 7. Conclusão | 205 |
| INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS NA PERSPETIVA DO ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL | |
| Miguel Quaresma, Vitor Silva | 207 |
| 1. Introdução | 208 |
| 2. Modelo de enquadramento da exploração da energia fotovoltaica e reflexos estruturais ao nível da base socioeconómica e da sustentabilidade dos territórios rurais | 208 |
| 2.1. Notas breves sobre os modelos de exploração de energia | 208 |
| 2.2. A exploração de energia fotovoltaica na perspetiva do ordenamento do território e do desenvolvimento da base económica do espaço rural | 210 |
| 2.2.1. Referências históricas e atuais sobre o paradigma da produção e acesso à energia elétrica | 210 |
| 2.2.2. O potencial do PV para uma alteração do paradigma da geração centralizada | 211 |
| 2.2.3. Perspetivas e oportunidades | 213 |
| 2.3. Outros aspetos que influenciam as opções de ordenamento | 214 |
| 3. Ordenamento e sustentabilidade, meios de enquadramento e opções disponíveis de ordem técnica e tecnológica | 216 |
| 3.1. PV, ordenamento do território e planeamento urbano – Uma inevitável convivência | 216 |
| 3.2. Apontamentos sobre o PV e os instrumentos de planeamento e de gestão territorial | 217 |
| 3.2.1. Referenciais de natureza programática | 217 |
| 3.2.2. Os Instrumentos de Gestão Territorial e os conteúdos estratégicos de enquadramento nacional e regional | 220 |

| | |
|---|-----|
| 3.3. Lógicas de desenvolvimento e opções de política energética | 220 |
| 3.4. A perspetiva de abordagem face às características do espaço rural | 223 |
| 3.4.1. Implicações mais marcantes relacionadas com o PV no espaço rural | 223 |
| 3.4.2. O PV no espaço rural: questões específicas para reflexão | 223 |
| 4. Conclusões | 233 |

CENTRAIS SOLARES FOTOVOLTAICAS – PROBLEMAS REAIS DE ORDENAMENTO E DE GESTÃO URBANÍSTICA

| | |
|---|-----|
| José Diogo Ferreira Marques | 235 |
| 1. Introdução | 235 |
| 2. Ordenamento | 236 |
| 2.1. Harmonização de interesses públicos, em especial, transição energética, aproveitamento agrícola e cinagético e defesa nacional | 236 |
| 2.2. Os centros electroprodutores fotovoltaicos – classes e categorias do solo | 238 |
| 3. Gestão urbanística e outros procedimentos de controlo prévio administrativo | 239 |
| 3.1. O controlo prévio das operações urbanísticas associadas à instalação de centros electroprodutores | 239 |
| 3.2. Avaliação ambiental | 242 |
| 3.3. <i>De iure condendo</i> | 247 |
| 3.3.1. O projeto de novo ROFSEN | 247 |
| 3.3.2. Posição tomada: <i>one-stop shop</i> – licenciamento único | 249 |
| 3.3.3. Avaliação de impacte ambiental | 250 |

ENCERRAMENTO 251

Intervenção do Ministro do Ambiente e Alterações Climáticas
PLANOS DE PAISAGEM, UM NOVO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL SECTORIAL

| | |
|--|-----|
| João Matos Fernandes | 253 |
| Pegada ecológica dos desafios energéticos | 253 |
| Desafios energéticos e Ordenamento da Paisagem | 257 |

ANEXOS 261